



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

14/09/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	3 - 4
1.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	5 - 6
1.4. VARA CRIMINAL.....	7 - 9
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	10
3. JORNAL EXTRA	
3.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	11
3.2. JUÍZES.....	12 - 13
3.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	14 - 15
4. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
4.1. CEMULHER.....	16
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	17
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DECISÕES.....	18 - 19
6.2. SEGURANÇA.....	20
6.3. VARA CRIMINAL.....	21 - 22
6.4. VARA CÍVEL.....	23 - 24
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	25
7.2. DECISÕES.....	26
7.3. DESEMBARGADOR.....	27
7.4. ESMAM.....	28
7.5. EVENTOS.....	29
7.6. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	30
7.7. JUIZADOS ESPECIAIS.....	31
7.8. JUÍZES.....	32
7.9. SEGURANÇA.....	33
7.10. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	34

Qualidade de vida: TJMA promove ação nos polos de Bacabal e Santa Inês

A iniciativa é realizada em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos

O Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça promove, nos dias 12 e 13 de setembro, nas comarcas de Bacabal e Santa Inês, a 3ª edição da "Ação de Qualidade de Vida do Judiciário Maranhense 2018", que também contemplará as comarcas de Pindaré-Mirim, Bom Jardim, Santa Luzia, Lago da Pedra, Olho d'Água da Cunhã e São Luís Gonzaga. A iniciativa é realizada em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos.

Por meio de convênio com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Judiciário maranhense oferece aos servidores do interior do

Estado atendimentos nas áreas de Fisioterapia (avaliação postural, flexibilidade e dor), Psicologia (avaliação de estresse e qualidade de vida), Medicina (eletrocardiograma e anamnese) e Educação Física (consultoria nutricional, testes de força, flexibilidade, medição do índice de massa corpórea e avaliação postural).

O evento conta com o apoio de magistrados e servidores das comarcas, a exemplo dos secretários, que providenciam a infraestrutura necessária para os profissionais da UFMA realizarem os atendimentos. Nas áreas de Nutrição e Avaliação Física, não será necessário agenda-

mento prévio, estando a equipe disponível para realizar consultoria nutricional, testes de força, flexibilidade, medição do índice de massa corpórea e avaliação postural.

Para Psicologia, Fisioterapia e Medicina, será necessário agendamento prévio com os secretários das diretorias dos Fóruns. A primeira ação desenvolvida pelo Judiciário maranhense, em 2018, aconteceu no mês de julho nas comarcas da Baixada - Pinheiro, Santa Helena, São Bento, Bequimão, Cururupu, Cedral, Bacuri e Mirinzal. A segunda ocorreu em agosto para servidores de Timon e Caxias. **(TJMA)**



nome e gênero na Comarca de Turiaçu

Transgênero recebe primeira certidão com alteração de nome e gênero na Comarca de Turiaçu

A entrega da certidão foi feita na terça-feira, 11 de setembro, no Fórum de Justiça da Comarca

A transgênero Mônica de Assis Costa foi a primeira pessoa na Comarca de Turiaçu a receber oficialmente a certidão de nascimento com alteração do prenome e gênero - procedimento feito diretamente no Cartório do Ofício Único de Turiaçu, sem necessidade de autorização judicial.

A entrega da certidão foi feita na terça-feira, 11 de setembro, no Fórum de Justiça da Comarca. Participaram da cerimônia de entrega da certidão de nascimento a juíza de Direito titular da comarca de Turiaçu/MA, Urbanete de Angiolis Silva; a oficiala do Registro Civil da Serventia Extrajudicial da comarca, Michelle Brandão Pantoja; o Promotor de Justiça, Guilherme Gouvêa Farjado; servidores do Poder Judiciário, além de amigos e familiares da registranda.

De forma bastante emocionada, Mônica de Assis Costa se pronunciou após a entrega de sua nova certidão de nascimento: "Primeiramente, gostaria de agradecer a todos que me ajudaram nesta conquista, pois enquanto muitas pessoas ainda estão

lutando por essa mudança, aqui em Turiaçu foi tudo muito rápido. É como se ainda eu estivesse vivendo um sonho. E, o próximo passo que darei é voltar a estudar, já que não serei mais constrangida pelos professores porque agora serei chamada da forma como eu me vejo", declarou.

Para a juíza Urbanete de Angiolis Silva, a entrega da certidão de nascimento com a alteração pretendida por Mônica de Assis representa um marco histórico na luta contra o preconceito e discriminação social de minorias, garantindo tratamento isonômico e digno às pessoas, independentemente de sua orientação sexual.

A alteração de prenome e gênero nas certidões de nascimento ou casamento, feita diretamente nos cartórios do Maranhão e sem a necessidade de autorização judicial, foi regulamentada por meio do Provimento nº 17/2018, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), autorizando o procedimento mesmo sem a realização de cirurgia de redesignação de sexo ou uso de tratamentos hormonais. **(CGJ MA)**

Assessoria



Juíza Urbanete de Angiolis ao lado da transgênero Mônica Costa, durante entrega da certidão.

Projeto de redução da criminalidade é finalista do Prêmio CNMP

Ministério Público do Maranhão chega ao Prêmio CNMP com quatro projetos dentre os finalistas em 2018

O projeto “Integração e tecnologia na prevenção e redução da criminalidade”, desenvolvido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp/Crim), é um dos quatro projetos do MP maranhense entre os finalistas do Prêmio CNMP 2018, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Iniciado em outubro de 2016, o projeto busca desenvolver e implementar ações integradas com órgãos que têm poder de polícia para combater a criminalidade urbana. Para isso, busca-se o controle de condutas socialmente danosas, integração de órgãos públicos, compartilhamento de informações e, consequentemente, a redução da criminalidade e da violência.

Entre os parceiros estão a Secretaria de Estado da Segurança Pública, Polícia Militar, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Blitz Urbana,

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, além dos Centros Integrados de Operações de Segurança (CIOPs).

São etapas do projeto a fiscalização dos órgãos expedidores de licenças e alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais e outras atividades e a verificação do cumprimento desses alvarás e licenças; e a realização de operações, com órgãos de segurança pública, para promover o ordenamento urbano da cidade, visando ao combate à criminalidade. Todas as fases estendem-se até dezembro de 2018.

Em quase dois anos de existência, o “Integração e tecnologia na prevenção e redução da criminalidade” conseguiu alcançar diversos objetivos. Um deles foi a realização

do georreferenciamento e diagnóstico da segurança pública na ilha de São Luís, analisando a violência e identificando os principais fatores de risco e oportunidades para a solução dos problemas, mobilizando atores governamentais e não-governamentais para a implementação de estratégias de intervenção.

Nesse contexto, foi criada uma série temporal com dados da violência desde 2015, com análise dos casos de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e Crimes Violentos Não Letais Intencionais (CVNLI) para elaboração de mapas temáticos e de análise situacional da violência. Entre 2016 e 2017, foi verificada uma redução de 26,57% na criminalidade na Ilha de São Luís.

Outro projeto desenvolvido foi o Integrador de Informações, que promove a interoperabilidade dos sistemas de informações de diversos ór-

gãos, como o Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretarias de Estado de Governo, Segurança Pública e Administração Penitenciária e Detran. Outro sistema em operação é o de Supervisão de Monitoração Eletrônica, que acompanha os apenados que utilizam tornozeleiras eletrônicas.

Internamente, o CAOp/Crim desenvolveu um sistema que permite o cadastramento de inquéritos e a realização de consultas dinâmicas a partir de diversos parâmetros. O sistema permite, também, o controle dos prazos dos inquéritos policiais abertos e concluídos nas diversas delegacias. Também foram criados dois Núcleos de Mutirões de Inquéritos com o objetivo de reduzir o passivo de inquéritos nas delegacias de polícia de São Luís.

Também foram realizadas palestras e rodas de conversa sobre monitoração eletrônica, além de workshops

de perícia criminal de monitoração eletrônica. Ainda como parte da iniciativa, já está prevista no Planejamento Estratégico do MPMA a criação de Promotorias de Justiça de Segurança Pública.

Há, ainda, uma proposta de integração dos órgãos do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, que está em tramitação na Câmara Federal.

FINALISTAS

Em 2018, o Ministério Público do Maranhão chega ao Prêmio CNMP com quatro projetos dentre os finalistas, divididos em três categorias. A lista foi divulgada pela Comissão de Planejamento do Conselho Nacional do Ministério Público no mês de agosto.

Além do “Integração e Tecnologia na prevenção e redução da criminalidade”, na categoria Redução da Criminalidade, os projetos “Ler, es-

crever e pensar: conscientizar para transformar” e “O dinheiro do Fundef é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses”, concorrem juntos na categoria Redução da Corrupção. Já o projeto “Pau de Arara nunca mais: o MP na defesa do transporte escolar de qualidade” é finalista na categoria Direitos Fundamentais.

Em 2017, o MPMA conquistou o primeiro lugar na categoria Redução da Corrupção, um feito inédito, com o projeto “O Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal”. **(CCOM-MPMA)**

Divulgação



Justiça de Pedreiras condena acusado de assassinato

Crime foi praticado em dezembro do ano de 2015. O fato aconteceu em Trizidela do Vale

O Conselho de Sentença do Tribunal do Júri Popular da 3ª Vara da Comarca de Pedreiras condenou o réu Muriel Victor Melo de Sousa a seis anos e oito meses de prisão, acusado de ter assassinado um homem, a serem cumpridos, inicialmente, em regime semiaberto. Na mesma sessão, o acusado Tiago Costa Pereira foi absolvido das acusações impostas. A juíza Larissa Tupinambá Castro, titular da unidade, presidiu a sessão realizada na terça-feira (11), no Salão do Júri localizado no Fórum Desembargador Araújo Neto.

Consta na denúncia que, no dia 1º de Dezembro de 2015, por volta das 8h, Muriel de Sousa e mais outros dois acusados, Jairo Aparecido da Silva e Tiago Costa Pereira, se associaram para ceifar a vida de um homem com uma facada, desferida por Muriel de Sousa. O fato ocorreu na Rua 3, Bairro Monte Cristo, em Trizidela do Vale.



O fato ocorreu na Rua 3, Bairro Monte Cristo, em Trizidela do Vale.

Segundo o Ministério Público, dias antes do crime a vítima teria subtraído um colar de ouro avaliado em R\$ 2 mil reais; dois aparelhos celulares; e mais uma motocicleta de uma residência da cidade, vindo a oferecer o colar para Jairo da Silva, que ao saber que o produto era roubado devolveu ao dono e não efetuou qualquer pagamento à vítima.

“Frustrado por não ter recebido pagamento pela ven-

da da joia, a vítima foi à residência do denunciado Jairo Aparecido, a procura de cobrar a dívida. Não o encontrado, o mesmo resolveu subtrair para si dois receptores e um aparelho celular”, informa a Denúncia.

Tal fato teria sido determinante para a consumação do crime. Jairo da Silva encontra-se, atualmente, em local incerto e não sabido. **(Imirante.com)**

Homem é condenado a 12 anos de reclusão em Imperatriz

O crime aconteceu em 29 de junho de 2002 em frente a casa da vítima

Em sessão do Tribunal do Júri realizada na terça-feira (11) pela 1ª Vara Criminal de Imperatriz, os jurados do Conselho de Sentença decidiram condenar o acusado Francimauro de Oliveira Costa pelo crime de homicídio qualificado, resultando na pena de 12 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado. Por já se encontrar preso em cumprimento de outra pena, o acusado não teve concedido o direito de recorrer em liberdade.

A sessão foi presidida pela juíza Edilza Barros Vie-

gas, titular da 1ª Vara Criminal, que decretou a imediata prisão do acusado para cumprimento provisório da pena imposta.

Segundo o processo, o denunciado foi preso por assalto em 2013, sendo suspeito da prática do crime de homicídio ocorrido em 2002, o qual confessou na Delegacia.

Segundo consta da denúncia - oferecida em 2013 -, o crime aconteceu em 29 de junho de 2002, em frente a uma casa localizada na Rua Paulo Rodrigues (Bairro Vila Cafeteira), onde o denunciado

teria desferido quatro disparos de arma de fogo contra um homem, causando-lhe a morte.

A vítima estaria em frente à própria casa, quando o acusado se aproximou escondendo o rosto e com a mão no bolso, retirando a arma de fogo e disparando contra a vítima, que teria saído andando e caído na casa de uma vizinha.

Interrogado na Delegacia, o réu confessou o crime, afirmando ter cometido porque a vítima anteriormente teria atentado contra sua vida.

(Ascom CGJ)



Francimauro de Oliveira Costa no julgamento.

ESTADO MAIOR

Na CGJ

A respeito da matéria "Analista do TJ que assina pesquisas eleitorais é alvo de reclamação formal", publicada na edição de ontem de *O Estado*, o TJ fez um pequeno esclarecimento.

- Informamos que o servidor citado na matéria é lotado, na verdade, na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), onde foi protocolada a Reclamação Disciplinar do advogado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Thalles Andrade, contra o servidor Vitor Emmanuel Bouças da Silva, Analista Judiciário - Estatístico, lotado na Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos da CGJ.

Esclarecimento feito.

Juizado Especial de Trânsito suspende expediente sexta-feira a partir do meio-dia

O Juizado Especial de Trânsito do Termo Judiciário de São Luís vai suspender atendimento nesta sexta-feira (14), a partir do meio-dia. O juiz Holídice Cantanhede (respondendo pela unidade judicial) esclarece na Portaria que o motivo é a necessidade de reforma predial atestada pela Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Explica a Portaria: “Considerando a necessidade de realização dos serviços de reparo no teto do prédio, troca de lâmpadas, pintura de todo o prédio onde funciona o Juizado (...) Considerando a recomendação de suspensão do expediente dada pelo Chefe da Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através de Ofício, e que os serviços que serão realizados impedirá o regular funcionamento da prestação jurisdicional (...) Considerando a saúde dos servidores, advogados, partes e demais pessoas

que transitam na unidade judicial”.

Daí, determinou o magistrado: “Suspender, no dia 14 (quatorze) de setembro de 2018, a partir das 12:00 horas, o expediente forense, bem como o atendimento ao público no Juizado Especial de Trânsito, Termo Judiciário de São Luís, bem como os prazos processuais no aludido período”.

De acordo com o parágrafo 2º do art. 83[1] do Código de Divisão e Organização Judiciárias, serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei municipal.

Também pelo Ato nº 1664/2012, não há expediente forense quando de feriados definidos em lei municipal. E no art. 6º fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário.

**Servidores da
Câmara terão
palestra com o juiz
Douglas Martins**

Página 2

Servidores da Câmara terão palestra com o juiz Douglas Martins

Acontecerá nesta sexta-feira, (14), a partir das 10 horas, no plenário da Câmara Municipal de São Luís, uma palestra com o juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, uma palestra para os servidores daquela casa parlamentar, tendo como foco principal o concurso público previsto para ser realizado ainda este ano pelo Legislativo Ludovicense.

O anúncio foi feito pelo presidente do Sindicato dos Servidores Públicos dos Poderes Legislativos do Estado do Maranhão – Sindileg, João Batista Silva, também conhecido como Índio. Segundo ele, a conferência com o magistrado será aberta a to-

dos os funcionários, para que possam tirar suas dúvidas sobre o concurso e outros temas que tiverem suas dúvidas.

Acerca do tema central, que é o concurso público, Índio faz a observação de que "temos várias situações funcionais na Câmara a exemplo dos prestadores de serviços, daqueles que ingressaram no Legislativo após a promulgação da Constituição de 1988, e dos que são notoriamente efetivos". O concurso foi viabilizado a partir de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) celebrado entre o presidente da Câmara Municipal, vereador Astro de Ogum (PR), e o Judiciário, podendo ser realizado ainda este ano.

**Funcionária
fantasma de gabinete
até hoje assusta
Maura Jorge**

Página 3

Funcionária fantasma até hoje assusta Maura Jorge

Candidata do PSL ao governo do Maranhão, a ex-prefeita de Lago da Pedra, Maura Jorge, tergiversou ontem, durante entrevista à TV Mirante, sobre um tema espinhoso que marcou a sua vida pública.

Trata-se do caso de uma funcionária fantasma, identificada como Gessina Vieira, que foi mantida no seu gabinete durante o período no qual ela exerceu o mandato de depu-

tada estadual na Assembleia Legislativa.

A candidata, então deputada, foi denunciada pelo Ministério Público à Justiça, sendo que o processo para apurar a irregularidade tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

Segundo a denúncia do Parquet, Gessina era empregada doméstica e trabalhava na residência de Maura Jorge, na capital maranhense.

AGÊNCIA LUPA

lupa@lupa.news

Veja erros e acertos do candidato emedebista à Presidência na sabatina

SÃO PAULO A Lupa checou as declarações de Henrique Meirelles (MDB) na sabatina promovida por Folha, UOL e SBT.

“Se falou muito no botão de pânico. [Eu disse] ‘Tá bom, eu quero ver o botão de pânico’. ‘Não, não tem nenhum funcionando ainda, o sistema não está operacional’. Só tem a conversa, o botão mesmo, não”

FALSO De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o botão de pânico já é utilizado em varas especializadas no atendimento à mulher nos tribunais de Justiça de Espírito Santo, São Paulo, Paraíba, Maranhão e Pernambuco. O TJ-ES foi pioneiro na implantação do equipamento, formalmente chamado de Dispositivo de Segurança Preventiva, em 2013. Naquele ano, 12 mortes de mulheres em situação de violência doméstica foram evitadas no estado, segundo a juíza Hermínia Maria Silveira Azoury, coordenadora das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher. No total, cem botões de pânico foram distribuídos pela Justiça no ES em 2013. Em São Paulo, o município de Limeira foi o primeiro a distribuir 50 dispositivos, que funcionam desde 2016. Procurado, Meirelles não respondeu.

“Tudo [no Brasil] é transportado por caminhão: 90% ou mais”

EXAGERADO O Plano Nacional de Logística indica que os caminhões transportam 65% das cargas no país. As ferrovias, em segundo lugar, respondem por 15% do volume. Já a

Confederação Nacional dos Transportes mostra que o sistema rodoviário é responsável pelo tráfego de 60% das cargas. O número citado por Meirelles corresponderia ao tráfego de passageiros: 90% dele é feito por rodovias. Procurado, Meirelles não respondeu.

“Eu apresentei 15 projetos no Congresso Nacional visando a aumentar a taxa de crescimento, a taxa de renda e o número de empregos”

EXAGERADO Em fevereiro de 2018, ministros do governo Michel Temer apresentaram 15 projetos para estimular o crescimento da economia. Desses 15 projetos, somente cinco foram, de fato, apresentados pelo Poder Executivo durante a gestão de Meirelles. Outros nove são de autoria de congressistas, e um deles, a reforma do PIS/Cofins, ainda não foi formalmente apresentado ao Congresso. Até o momento, um desses projetos, referente à reoneração da folha de pagamento, foi aprovado e sancionado com veto parcial, e outro, sobre a extinção do fundo soberano, foi apresentado como medida provisória — que, posteriormente, foi rejeitada pelo Congresso. Procurado, Meirelles não respondeu.

“Criamos 2 milhões de empregos no ano de 2017”

VERDADEIRO, MAS Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PnadC/T), do IBGE, entre o 4º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2017, o número de pessoas ocupadas no Brasil subiu de 90,262

milhões para 92,108 milhões — um crescimento de 1,846 milhão. Mas esse crescimento ocorreu no setor informal — e vale ressaltar que no 1º trimestre deste ano, esse número voltou a cair para 90,581 milhões. Já as vagas formais caíram em 2017. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), naquele ano, o setor privado perdeu 20.832 vagas com carteira assinada.

“A minha candidatura está crescendo”

VERDADEIRO, MAS Henrique Meirelles tinha 3% das intenções de voto na pesquisa mais recente divulgada pelo Ibope, em 11 de setembro. No levantamento anterior, de 4 de setembro, ele tinha 2% e, em agosto, 1%. Já o Datafolha mostra que a intenção de voto em Meirelles oscilou de 1% a 2% em agosto para 3% em setembro. Mas vale ressaltar que essas variações estão dentro da margem de erro das pesquisas, que é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

“Em 2016, apenas as despesas previdenciárias [eram] 51% do Orçamento. Em 2017, foram 57%”

VERDADEIRO Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que a participação da Previdência na despesa primária do governo central subiu de 53,4%, em 2016, para 57,4%, em 2017.

Por Chico Marés, Clara Becker, Leandro Resende, Nathália Afonso e Plínio Lopes

VERDADEIRO A informação está correta. **VERDADEIRO, MAS** Está correto, mas o leitor merece mais explicações. **EXAGERADO** Está no caminho correto, mas houve exagero. **FALSO** A informação está incorreta.

VII SEMANA DE EXECUÇÃO PENAL DA DPE/MA

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) abriu inscrições para a VII edição da Semana Maranhense de Execução Penal, que será realizada de 16 a 19 de outubro, no Auditório José Joaquim Filgueiras, localizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os interessados devem acessar o site defensoria.ma.def.br e efetuar sua inscrição até o dia 09 de outubro. O evento terá duração de quatro dias, sob a coordenação do Núcleo de Execução Penal (NEP) e da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep).

DECISÃO INÉDITA : TJMA nega seguimento a recurso ao STJ com base no novo CPC

Em sessão plenária judicial, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve, por maioria de votos, decisão anterior, do então presidente da Corte, desembargador Cleones Cunha, que negou seguimento a recurso especial da Duarte Construções e Vila Lagoa Construções ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Ação de Rescisão de Contrato com Devolução de Valores Pagos com Pedido de Tutela de Evidência ajuizada por uma compradora de imóvel.

Com a decisão, fica mantida a decisão de órgão colegiado do Tribunal, determinando que as empresas restituam 75% do valor pago pela compradora para aquisição de apartamento no Edifício Vila Lagoa. A consumidora alegou que, apesar da previsão contratual, houve atraso na entrega por mais

de dois anos, ocasionando-lhe prejuízos.

O relator do agravo interno, desembargador Joaquim Figueiredo, atual presidente do TJMA, confirmou o entendimento anterior, explicando que o STJ, em entendimento firmado em julgamento pela sistemática de recursos repetitivos (Tema 577), fixou a tese de que "em contratos submetidos ao Código de Defesa do Consumidor, é abusiva a cláusula contratual que determina a restituição dos valores devidos somente ao término da obra ou de forma parcelada, na hipótese de resolução de contato de promessa de compra e venda de imóvel, por culpa de qualquer dos contratantes".

A decisão está de acordo com o que estabelece o Novo Código de Processo Civil, o que permitiu ao desembarga-

dor Cleones Cunha, presidente do TJMA à época, negar seguimento ao recurso especial, com base no entendimento do próprio STJ.

Para o relator, é incontestável que o tema aplicado amoldou-se perfeitamente à situação, considerando ser incontroversa a resolução contratual. Joaquim Figueiredo ressaltou que o julgamento pela sistemática dos recursos repetitivos possibilita que o STJ decida uma única vez e, a partir dessa decisão, uma série de processos idênticos sejam atingidos.

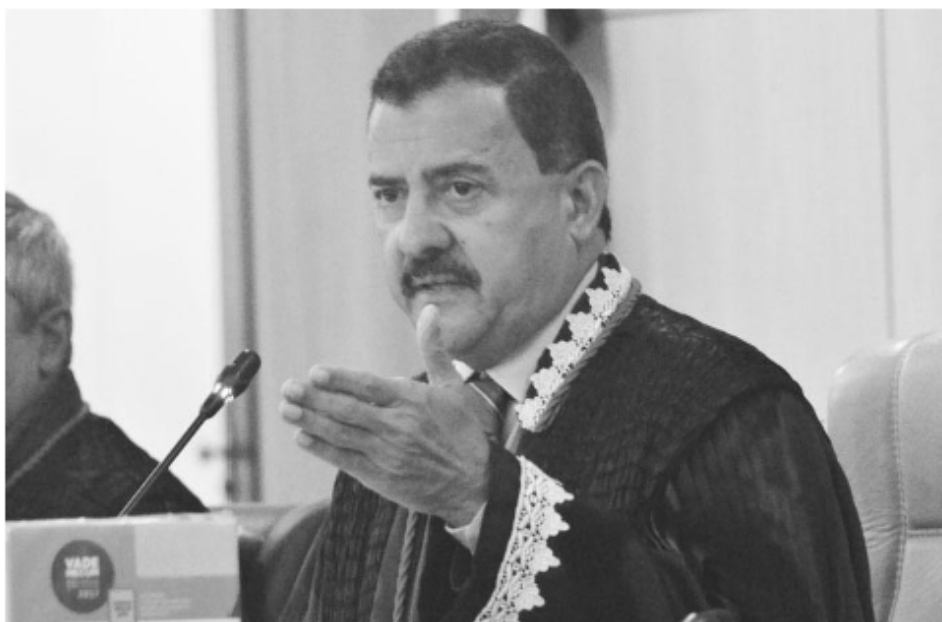
O desembargador disse tratar-se de autêntica racionalização de julgamento de demandas repetitivas, incorporada ao ordenamento nacional como solução para combater o elevado acervo de processos em tramitação, que resulta numa atu-

ação compartilhada entre o STJ e os demais juízos brasileiros, assim como acontece no Supremo Tribunal Federal com a sistemática da repercussão geral.

Recurso - As construtoras se insurgiram contra a decisão do então presidente do Tribunal, que aplicou ao caso a sistemática dos recursos repetitivos, dando efetivo cumprimento ao que preceitua o novo CPC. As empresas rechaçaram a aplicação, ao caso, do teor do enunciado da Súmula 543/STJ. As agravantes alegaram que a Súmula 543/STJ e o Tema 577 de recurso repetitivo tratam apenas do momento e da forma como devem ser restituídos os valores quando já rescindido o contrato, o que, para elas não era o caso dos autos, em que sustentam não ter havido decretação da rescisão contratual.

O relator, entretanto, não concordou com a interpretação das empresas. Frisou que o acórdão recorrido desfez a controvérsia, com base no

Ribamar Pinheiro



**Relator do agravo interno, desembargador
Joaquim Figueiredo**

enunciado da súmula, a qual resultou no Tema 577 da sistemática de recursos repetitivos, tendo o relator, ao contrário do que sustentam as agravantes, expressamente reconhecido a ocorrência da resolução contratual.

Joaquim Figueiredo concluiu que a utilização da sistemática de recursos repetitivos minimiza a existência de decisões di-

vergentes para casos idênticos e o conseqüente comprometimento da razoável duração do processo, contribuindo para desobstruir a agenda do STJ, favorecendo a qualidade dos julgamentos, a celeridade e a uniformidade da jurisprudência em todo território nacional. (Processo PJe nº 0800651-87.2016.8.10.0001). (*Asscom TJMA*)

Justiça Eleitoral atua com apoio da Comissão Permanente de Segurança do TJ

O desembargador Tyrone Silva, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, acompanhado do diretor-geral Flávio Costa, esteve reunido na manhã desta quinta-feira, 13 de setembro, com membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça: o desembargador Raimundo Barros, que preside a Comissão, o tenente coronel Alexandre Magno, diretor de Segurança Institucional, e o juiz Cristiano Simas, auxiliar da presidência do TJMA.

Eles alinharam estratégias para a segu-

rança institucional de juízes e servidores da Justiça Eleitoral durante as eleições 2018 através de monitoramento da Divisão de Inteligência do Tribunal de Justiça, que acompanha movimentações principalmente nas cidades do interior.

Nesta sexta, 14, entre 8h e 12h, os juízes eleitorais do Maranhão estarão em São Luís, na sede do TRE-MA, para um último encontro de trabalho antes do pleito, em que, um dos assuntos que será tratado será o planejamento da segurança.

Homicida de Imperatriz é preso em Palmas

Divulgação/DPHH-Palmas-TO

Em cumprimento a mandado de prisão expedido pela Justiça do Maranhão, a Polícia Civil do Tocantins, por meio da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), de Palmas, em parceria com a Polícia Civil do Estado do Maranhão (DHPP/MA), prendeu Rogério Gonçalves da Silva, acusado de cometer um homicídio em Imperatriz.

De acordo com o titular da DHPP de Palmas, delegado Guido Camilo Ribeiro, após ter informações de que o acusado residia nesta capital, a Polícia Civil do Tocantins passou a investigar as ações do suspeito. “Realizamos investigações para checar domicílio e rotina e, no momento certo, cumprimos o mandado de prisão”, afirmou.

A prisão de Rogério Gonçalves da Silva foi decretada pelo juiz Armindo Nascimento Reis Neto, já falecido, na ocasião titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de



Rogério Gonçalves será recambiado para Imperatriz nos próximos dias

Imperatriz, e já com sentença de 11 anos e 8 meses de reclusão. Policiais da DHPP deverão se deslocar para Palmas nos próximos dias para recambiar Rogério de volta a

Imperatriz, onde cumprirá a pena no presídio Itamar Guará, por já estar sentenciado.

A Polícia não informou quem teria sido a vítima de Rogério Gonçalves da Silva.

Homem é preso por abusar sexualmente de menor e engravidá-la

Divulgação/Polícia Civil

Um homem identificado como Robson de Sousa Alves, de 37 anos, foi preso na manhã dessa quinta-feira (13) por conta de estupro de uma adolescente de 13 anos, em janeiro deste ano, na cidade de Zé Doca, distante 400 km de Imperatriz.

O crime só foi descoberto depois de meses pela família da vítima, após a constatação de que a garota estava grávida. A prisão foi determinada pelo juiz Marcelo Moraes.

Segundo levantamento policial, o estupro foi em janeiro na casa da avó da vítima, no povoado Conquista. O criminoso estava hospedado na residência e aproveitou que a ado-



Robson de Sousa Alves foi preso por violência sexual

lescente estava indo ao banheiro e a abordou. Sob ameaças, ele consumou o crime.

Robson de Sousa Alves foi preso em sua própria residência, em Zé Doca.

Ministério Público discute realocação de ocupantes da Fazenda Jurema - *P4c1*

MPMA discute realocação de moradores da Fazenda Jurema

O Ministério Público do Maranhão se reuniu com representantes de diversos órgãos na manhã dessa quarta-feira, 12, no auditório das Promotorias de Justiça de Imperatriz, para discutir a realocação das pessoas que atualmente residem nas terras da Fazenda Jurema, localizada entre os municípios de Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca.

Além do MPMA, participaram do encontro representantes do Poder Judiciário, da Associação de Moradores Sapucaia, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), da Secretaria de Agricultura (Programa Terra Legal), da

Secretaria das Cidades, da Polícia Militar, da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade e da empresa Suzano Papel e Celulose.

A reunião foi convocada pelo promotor de justiça Jadilson Cirqueira, titular da 3ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa do Meio Ambiente e Conflitos Agrários, em razão de sentença judicial transitada e julgada pela 4ª Vara Cível de Imperatriz, de reintegração de posse em favor da Empresa Suzano Papel e Celulose.

A ação é parte do Procedimento Administrativo instaurado pelo Ministério Público em fevereiro deste ano. O objetivo é fazer uma media-

ção extrajudicial para garantir meios que possam assegurar direitos às pessoas que porventura não possuam outro local de moradia ou que estejam em situação de vulnerabilidade.

Após as discussões, ficou acertado que a Associação Sapucaia encaminhará ao MPMA uma relação nominal das pessoas que residem na Fazenda Jurema, com cópias dos respectivos documentos de identificação. Também foi verificada a possibilidade dos moradores acessarem linhas de crédito junto aos bancos oficiais pelo programa Terra Legal.

A empresa Suzano se comprometeu a garantir recursos à logística necessária para a realocação destas pessoas,

inclusive fornecendo previamente ao Ministério Público estudos da situação e projetos sociais a serem implantados para essa comunidade.

O MPMA definirá uma data para fazer uma visita ao local, acompanhado dos representantes do Incra, da Polícia Militar, da Suzano Papel e Celulose e demais instituições, com o intuito de avaliar a situação.

O promotor de justiça avaliou a reunião de trabalho como exitosa. "Entendo que houve avanços nas ações propostas, além de muito interesse de todos os órgãos em resolver o problema das pessoas que serão realocadas", ressalta o membro do MPMA, Jadilson Cirqueira. (COM-MPMA)

Feriado da Confraternização Arariense suspende expediente no fórum

Portaria assinada pelo magistrado Luís Emílio Braúna Bittencourt Júnior, titular da Comarca de Arari, suspende o expediente nesta sexta-feira, 14. O motivo é o feriado em razão da Confraternização Arariense – Dia do Bom Jesus dos Aflitos, previsto na Lei Municipal n.º 268 de 11 de Outubro de 1985, que estabelece os feriados municipais em Arari. As demandas urgentes previstas em lei

serão apreciadas pelo Plantão Judiciário. “Os prazos processuais vencidos nesta data serão postergados para o primeiro dia útil subsequente”, descreve a Portaria. A Comarca de Arari é de entrância inicial, pertence ao Polo Bacabal, e não possui termo judiciário. O Poder Judiciário daquele município funciona na Rua João Inácio Garcia, nº 100, Centro. O contato via e-mail pode ser realizado

por meio do endereço: vara1_arar@tjma.jus.br. Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

Sobe/Desce

Desce

O ex-prefeito do município de Bom Jardim (MA), Antônio Roque Portela de Araújo, foi condenado pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) por irregularidades na prestação de contas de convênios firmados com a Secretaria de Estado da Educação para aquisição de material permanente, transporte escolar e capacitação de professores.

reafirma o compromisso...

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Com a instalação desse novo Centro de Conciliação, o Judiciário maranhense reafirma o compromisso com a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que incentiva a solução de demandas, de forma ágil, simples, por meio do diálogo, com vistas à tão sonhada pacificação social”, pontuou o desembargador José Luiz Almeida

Kátia Persovisan
 katiapv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
 Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
 Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Bem estar

O que torna o ambiente de trabalho mais agradável para os colaboradores na organização? O que é bem-estar? Como a gestão por competências pode promover mudanças profissionais e institucionais? Essas e outras questões relativas à produtividade, liderança e qualidade no Poder Judiciário serão tratadas pela consultora Marina Simão, na palestra aberta “Salário Emocional”, promovida pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), dia 14 de setembro (sexta-feira), às 10 horas, no auditório do Fórum de São Luís.

TRANSPLANTE

TJMA promove palestra sobre doação de órgãos no dia 26 de setembro

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Divisão Médica, realiza, no dia 26 de setembro, às 10h, no Pleninho do TJMA, a palestra "O Panorama de Transplantes no Maranhão", que será proferida pela médica Inês Gomes de Oliveira, nefrologista, mestre em Ciências da Saúde e coordenadora da Central Estadual de Transplantes no Maranhão. O objetivo é conscientizar a população em geral sobre o transplante de órgãos e tecidos e dar esperança a milhares de pessoas que esperam em filas de transplantes para salvarem suas vidas.

A enfermeira especialista em Doação, Captação e Transplantes pelo Instituto Israelita Albert Einstein e coordenadora de Transplantes de Olhos do Hospital Universitário da UFMA, Luíza Maria de Nóvoa Moraes, estará presente, dando mais detalhes sobre "Doação de córneas: precisamos conversar sobre isso!" O transplante só pode ser feito após autorização formal de membros da família e após ser constatada a morte encefálica do doador. Para doadores vivos, a possibilidade de doação pode ser realizada apenas para órgãos duplos como rins, medula óssea e pulmões ou partes do fígado e do pâncreas.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Evento

A Defensoria Pública do Es-

tado (DPE/MA) abriu inscrições para a VII edição da Semana Maranhense de Execução Penal, que será realizada de 16 a 19 de outubro, no Auditório José Joaquim Filgueiras, localizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os interessados devem acessar o site defensoria.ma.def.br e efetuar sua inscrição até o dia 09 de outubro.

Juizado Especial de Trânsito suspende expediente sexta-feira a partir de 12h

O Juizado Especial de Trânsito do Termo Judiciário de São Luís vai suspender atendimento nesta sexta-feira (14), a partir do meio-dia. O juiz Holídice Cantanhede (respondendo pela unidade judicial) esclarece na Portaria que o motivo é a necessidade de reforma predial atestada pela Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Maranhão. Explica a Portaria: “Considerando a necessidade de realização dos serviços de reparo no teto do prédio, troca de lâmpadas, pintura de todo o prédio onde funciona o Juizado (...) Considerando a recomendação de suspensão do expediente dada pelo Chefe da Divisão de Serviços e Obras do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através de Ofício, e que os serviços que serão realizados impedirá o regular funcionamento da prestação jurisdicional (...) Considerando a saúde dos servidores, advogados, partes e demais pessoas que transitam na unidade judicial”. Daí, determinou o magistrado: “Suspender, no dia 14 (quatorze) de setembro de 2018, a partir das 12:00 horas, o expediente forense, bem como o atendimento ao público no Juizado Especial de Trânsito, Termo Judiciário de São Luís, bem como os prazos processuais no aludido período”. De acordo com o parágrafo 2º do art. 83[1] do Código de Divisão e Organização Judiciárias, serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei municipal. Também pelo Ato nº 1664/2012, não há expediente forense quando de feriados definidos em lei municipal. E no art. 6º fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário.

Servidores da Câmara terão palestra hoje com o juiz Douglas Martins

Acontece nesta sexta-feira (14), a partir das 10h, na Câmara Municipal de São Luís, uma palestra com o juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. A palestra será direcionada aos servidores da Casa, tendo como foco principal o concurso público previsto para ser realizado ainda este ano pelo Legislativo Ludovicense. O anúncio foi feito pelo presidente do Sindicato dos Servidores Públicos dos Poderes

Legislativos do Estado do Maranhão – Sindileg, João Batista Silva, também conhecido como Índio. Segundo ele, a conferência será aberta a todos os funcionários, para que possam tirar suas dúvidas sobre o concurso e outros temas. "Temos várias situações funcionais na Câmara, a exemplo dos prestadores de serviços, daqueles que ingressaram no Legislativo após a promulgação da Constituição de 1988, e dos que são notoriamente efetivos", lembrou João Batista.

Justiça Eleitoral atua com apoio da Comissão Permanente de Segurança do TJ

O desembargador Tyrone Silva, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, acompanhado do diretor-geral Flávio Costa, esteve reunido nessa quinta-feira, 13 de setembro, com membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça: o desembargador Raimundo Barros, que preside a Comissão, o tenente coronel Alexandre Magno, diretor de Segurança Institucional, e o juiz Cristiano Simas, auxiliar da presidência do TJMA. Eles alinharam estratégias para

a segurança institucional de juízes e servidores da Justiça Eleitoral durante as eleições 2018, por meio de monitoramento da Divisão de Inteligência do Tribunal de Justiça, que acompanha movimentações principalmente nas cidades do interior.

Nesta sexta, 14 de setembro, entre 8h e 12h, os juízes eleitorais do Maranhão estarão em São Luís, na sede do TRE-MA, para um último encontro de trabalho antes do pleito, em que, um dos assuntos que será tratado será o planejamento da segurança.

Shopping Passeio terá que melhorar acessibilidade a pessoas com deficiência

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos (VIDC) da Comarca da Ilha de São Luís realizou nessa quinta-feira (13) uma audiência de conciliação na qual ficou acordado que o Shopping Passeio se compromete a, no prazo de 15 dias, submeter à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) um projeto de adequação da edificação, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Lei de Muros e Calçadas, a fim de torná-la acessível a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O acordo explica que, com a aprovação do projeto pela Semurh, o Shopping Passeio se compromete a executar as obras de adequação necessárias no prazo de 90 dias.

A sentença homologatória de acordo ressalta que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar)

informou que já realizou as adequações que entendeu necessárias dos postes às normas da ABNT 9050.

A Cemar, uma das partes requeridas no processo, se compromete a apresentar à Semurh, no prazo de 15 dias, um relatório contendo as alterações que foram realizadas, a fim de que a Secretaria analise se elas estão de acordo com as normas da ABNT 9050 e Lei de Muros e Calçadas. “Se acaso a Semurh indique como necessárias a realização de outras adequações, de acordo com as normas da ABNT 9050 e Lei de Muros e Calçadas, a Cemar se compromete a realizá-las no prazo de 90 dias”, destaca o acordo.

ENTENDA O CASO

O acordo é resultado de uma ação popular movida pelo advogado Isaac Newton Sousa da Silva, a qual objetiva assegurar o direito à acessibilidade de

pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. O autor defendeu que a edificação não atende as condições mínimas de acessibilidade previstas na legislação. A ação buscou a condenação da ré em obrigação de fazer, para promover adaptações que suprimam as barreiras arquitetônicas existentes na referida área do Shopping Passeio, a fim de que atenda as normas e padrões técnicos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou daqueles que possuem mobilidade reduzida. Conforme a ação, a área externa do Shopping Passeio, localizado no Bairro Cohatrac, tem vários problemas que comprometem o direito de ir e vir das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e desobedece o conceito de acessibilidade, prejudicando a autonomia e segurança da população.

DIVULGAÇÃO



Partes e advogados durante audiência com o magistrado Douglas de Melo Martins, titular da VIDC